

Notícias Sindicais, 05/11/14

Jornal da Energia, 04/11/14

FNU e CNE pedem reabertura do PDV da Eletrobras

Objetivo é que todos os empregados da estatal federal, inclusive os anistiados, possam fazer suas adesões

Por Wagner Freire

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) enviaram um pedido formal ao presidente da Elebrobras, José da Costa Neto, para que seja reaberto o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) com as mesmas premissas do aplicado em 2013.

Segundo o documento, assinado pelo secretário de Energia da FNU, Fernando Antônio Pereira, o objetivo é que todos os empregados da estatal federal, inclusive os anistiados, possam fazer suas adesões, caso julguem pertinente, usufruindo das condições mais vantajosas colocados naquele plano.

"Com a reabertura desde PIDV seria corrigida a injustiça com os trabalhadores anistiados que estavam propensos a fazer adesão ao referido plano em 2013, mas foram impedidos", diz o texto. "Temos plena convicção que o tratamento isonômico neste processo será extremamente salutar aos trabalhadores e à empresa", completa.

O pedido também foi endereçado ao diretor de Administração da Eletrobras, Alexandre Aniz.

Diap, 04/11/14

Semana promete ser turbulenta no Congresso Nacional

De volta das férias, a presidente Dilma Rousseff dará início às negociações para a formação de sua nova equipe ministerial. No Senado, dois projetos importantes na pauta: convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos estados e mudança no indexador da dívida de estados e municípios com a União. O PMDB discute reforma política e sucessão na Câmara.

O partido articula para eleger o deputado Eduardo Cunha (RJ) presidente da Câmara. A preferência é do PT, que pelo regimento da Casa tem a prerrogativa de ocupar o posto, já que é a maior bancada dentre os 28 partidos com representação na Câmara. Dois nomes do PT estão no páreo: Marco Maia (RS) e Arlindo Chinaglia (SP), atual vice-presidente da Câmara. Ambos já ocuparam o posto. Nova legislatura começa em 2 de fevereiro. Recesso do Congresso inicia-se em 20 de dezembro.

Câmara

O plenário da Câmara dos Deputados poderá votar, nesta terça-feira (4), a MP 657/14, que reorganiza as carreiras de servidores efetivos da Polícia Federal (PF). O texto é o primeiro item da pauta e foi aprovado pela comissão mista na última quinta-feira (30).

Senado

Senadores estão às voltas para definir agenda de votações na Casa. Já está no Senado o projeto que derruba o decreto da presidente Dilma Rousseff sobre a Política Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/14). E deverá ter o mesmo destino que teve na Câmara. Será derrotado e arquivado.

Aécio Neves

Após ter recebido mais de 51 milhões de votos na eleição presidencial, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) retorna ao Congresso Nacional nesta terça-feira (4). Ele estava descansando com a família em Belo Horizonte.

Equipe ministerial

A presidente Dilma Rousseff deve anunciar, esta semana, integrantes de sua equipe ministerial. O nome mais esperado é o do substituto do ministro Guido Mantega, da Fazenda. Nelson Barbosa é um dos cotados.

Incentivos fiscais

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) apresenta na Comissão de Assuntos Econômicos seu parecer ao projeto de lei complementar que autoriza o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a legalizar os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem autorização unânime do colegiado. O projeto reduz o quórum do conselho para que ele possa aprovar um convênio considerando legais esses benefícios e prorrogando-os por até 15 anos. O texto permitirá a aprovação das propostas por dois terços dos estados, desde que haja apoio de um terço dos entes de cada região.

Dívida dos estados e municípios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para quarta-feira (5) a votação do projeto que altera o indexador das dívidas de estados e municípios com a União. Se aprovado como está, o

projeto segue para sanção. O projeto substitui o IGP-DI pelo IPCA. Além disso, reduz os juros dos atuais 6% a 9% ao ano, para 4% ao ano.

PMDB

O vice-presidente da República, Michel Temer, convocou para quarta-feira (5) reunião do conselho político do PMDB. Dois assuntos estão na pauta. Unificação do discurso em torno da reforma política e eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. O governo tenta evitar a candidatura do líder da legenda, Eduardo Cunha (RJ). Participam da reunião deputados federais, governadores e senadores.

Copom

O Banco Central divulga, na quinta-feira (6), a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada semana passada, quando o colegiado decidiu aumentar de 11, % para 11,25% ao ano a taxa básica de juros. A última reunião do ano está marcada para 2 e 3 de dezembro. (Com Arko Advice)

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

NESTA SEMANA

- Governo pode enviar ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a meta fiscal para 2014.

SEGUNDA-FEIRA (3)

- Cúpula do PT se reúne, em Brasília, para discutir a disputa pela presidência da Câmara.
- Ministério do Desenvolvimento divulga o saldo da balança comercial em outubro.
- Diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero de Moraes Meirelles, participa da reunião da Associação de Supervisores dos Bancos das Américas (ASBA), em Lima (Peru).
- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga indicadores industriais de outubro.
- Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de cerimônia de posse dos novos procuradores do BC, em Brasília.
- Luiz Awazu Pereira da Silva, diretor de Assuntos Internacionais e de Regulação do BC, e Aldo Mendes, diretor de Política Monetária da instituição, participam da reunião do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec).

TERÇA-FEIRA (4)

- Conselho da Petrobras volta a discutir aumento do preço dos combustíveis.
- Vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), realiza jantar de confraternização com deputados e senadores do PMDB, em Brasília.
- Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) apresenta parecer ao projeto de lei complementar que autoriza o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a legalizar os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem autorização unânime do colegiado.
- Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado ouve representantes das empresas ligadas ao setor da internet, especialistas e a sociedade organizada, para avaliar o Plano Nacional de Banda Larga , que aguarda votação na comissão.
- Comissão Mista do Orçamento vota o relatório preliminar do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Comissão Mista sobre a MP 652/14, que cria o programa de desenvolvimento da aviação regional, realiza audiência pública com representantes da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, da Anac, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas e da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional.
- IBGE divulga produção industrial de setembro.

QUARTA-FEIRA (5)

- Vice-presidente da República, Michel Temer, se reúne com o conselho político do PMDB para discutir reforma política e eleição para a presidência da Câmara.
- PSDB reúne dirigentes, senadores, deputados e governadores eleitos, no Congresso, para a reaparição do senador Aécio Neves (MG).
- Senado vota projeto de lei complementar que muda o indexador da dívida dos estados e municípios com a União.
- CPI Mista da Petrobras faz reunião administrativa para votar 476 requerimentos. Além disso, o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), deve apresentar um cronograma de novos depoimentos.

QUINTA-FEIRA (6)

- Comissão de Finanças e Tributação da Câmara faz reunião mensal, reservada, com a Receita Federal, para discutir os dados divulgados da arrecadação de tributos de competência da União, referente ao mês de outubro.

- Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central divulga a ata da última reunião do colegiado, quando a taxa subiu de 11% ao ano para 11,25%.

SEXTA-FEIRA (7)

- IBGE divulga IPCA de outubro.

Portal a CTB

Salários dos professores não justificam aumentos exagerados das mensalidades escolares

O Sindicato Patronal das escolas pernambucanas divulgou na mídia esta semana que o reajuste médio das mensalidades das escolas particulares em 2015 será de 12%. Esse percentual pode ser ainda maior em algumas escolas, já que cada uma tem liberdade para repassar seus custos.

Os estabelecimentos de ensino aumentam as mensalidades com a justificativa do reajuste salarial dos professores alegando que a folha de pagamento dos educadores é o que mais pesa no orçamento. O fato é que o reajuste das mensalidades foi sempre maior que os reajustes salariais. Em 2014, por exemplo, o aumento das mensalidades também girou em torno dos 12%. Contudo, o reajuste salarial acordado para categoria foi de 7,2%.

“Equivocadamente os pais são levados pelos donos de escolas a acreditarem que os aumentos nas mensalidades servem para melhorar o salário dos professores, mas esta não é a realidade. O patronato cobra 12% de reajuste escolar, só quer aumentar os salários dos professores em 7%. Não há como negar que as mensalidades sobem mais que os salários”, afirmou o presidente do Sindicato dos Professores de Pernambuco (Sinpro-PE), Jackson Bezerra.

Para o Sinpro-PE é preciso que o Sindicato Patronal responda por aquilo que divulga. Ou pelo menos façam parecer verdade aquilo que afirmam. Os salários dos professores são usados como justificativa para o aumento das mensalidades que se dão acima da inflação gerando um maior lucro para os patões. Todos os anos o Sinpro luta para avançar não só nas questões econômicas, mas também nas questões sociais e contra a desvalorização absurda que a categoria sofre, enquanto as escolas a cada ano aumentam seus patrimônios e lucros.

O Sinpro-PE também destaca que o reajuste das mensalidades escolares se dá em janeiro, entretanto a data-base dos professores é 1º de abril. Todavia os professores só vêm receber o aumento salarial no mês de agosto.

Como somos uma entidade da área da educação recomendamos que os pais fiquem atentos para a todas cobranças efetuadas pelos estabelecimentos de ensino, pois com a chegada do fim do ano letivo, alguns estabelecimentos cometem práticas ilegais, ferindo a lei federal nº 9.870/99, como exigir taxa de reserva de matrícula, cobrar mensalidade extra e divulgar o valor da anuidade sem mostrar a planilha de custo para respaldar o valor do reajuste cobrado.

Fonte: Sinpro-PE

Portal da CTB

Comissão aprova punição a empresa conivente com tráfico de pessoas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo do deputado Guilherme Campos (PSD-SP) ao Projeto de Lei 5742/2013, do deputado Guilherme Mussi (PP-SP), que estabelece sanções administrativas para estabelecimentos em que sejam praticados prostituição ou tráfico de pessoas. O substitutivo altera o valor das multas previstas no projeto original, além de fazer alterações também no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940).

Pelo texto, as pessoas jurídicas que realizarem, facilitarem, cederem local ou contribuírem de qualquer modo para o induzimento à prostituição ficarão sujeitas ao pagamento de multa no valor de R\$ 60 mil, sem prejuízo das demais sanções penais previstas em lei. Já as pessoas jurídicas que facilitarem o tráfico interno ou internacional de pessoas humanas para fins de exploração sexual ficarão sujeitos ao pagamento de multa de R\$ 100 mil.

Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, e o infrator ficará impedido de firmar contratos com a administração pública direta e indireta em todos os níveis; de participar de licitações; de gozar de isenções tributárias; entre outros benefícios.

O substitutivo também acrescenta dispositivos ao Código Penal, determinando que a condenação por manter estabelecimento em que ocorra exploração sexual enseja a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé. Em caso de reincidência, deverá haver o perdimento do bem em favor da União. A mesma punição será aplicada ao estabelecimento em que for alojada vítima de tráfico de pessoa para exploração sexual.

A proposta tem caráter conclusivo, ou seja, não precisa passar pela apreciação do plenário, e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Portal Mundo Sindical

SE: Torre demite 16 funcionários e sindicato pede explicação

Dezesseis funcionários da Torre Empreendimentos, empresa responsável pela limpeza pública de Aracaju, foram demitidos na manhã desta segunda-feira, 3. Os funcionários receberam a notícia por volta das 9h e, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Pública e Comercial (Simdelimp), Rayvanderson Fernandes, a suspeita é de que a demissão tenha sido causada devido à campanha por aumento salarial desenvolvida pelos funcionários.

O presidente, juntamente com o Sindelimp, acredita que a demissão dos dezesseis funcionários é uma espécie de represália por parte da empresa Torre em decorrências das diversas manifestações que os empregados vêm fazendo em prol de direitos trabalhistas.

"Eles foram demitidos, mas a empresa não deu nenhuma justificativa pela demissão dos trabalhadores. Tentamos contato com a empresa e não obtivemos resposta", explica Rayvanderson.

O presidente diz ainda que o Sindicato está procurando meios legais para que a demissão dos funcionários seja justificada. "A empresa não está recebendo os ofícios do sindicato. Levaremos a situação ao Ministério do Trabalho", completa.

O presidente afirmou que o Sindelimp recebeu uma denúncia de um dos trabalhadores da Torre informando que a empresa teria uma lista com pelo menos quarenta nomes de empregados a serem demitidos.

Empresa Torre

O Portal Infonet entrou em contato com a empresa Torre através do número (79) 2105 2200, mas a informação dada pela recepção foi de que devido ao horário, a pessoa responsável pelo repasse de esclarecimentos não estava mais no local. A equipe de reportagem do Portal Infonet continua à disposição através do email jornalismo@infonet.com.br e do telefone (79) 2106 8000.

Fonte: Helena Sader e Verlane Estácio/Infonet - 04/11/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato planeja paralisação de ônibus na quarta em SP

A capital paulista deve enfrentar uma paralisação do serviço de ônibus na quarta-feira, 05.

A informação é do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano (Sindmotoristas), que quer promover a medida como meio de protestar contra a violência no sistema de coletivos e a morte de um condutor duas semanas atrás, na zona norte.

De acordo com a entidade, a paralisação está prevista para acontecer das 10h às 14h de quarta-feira, ou seja, fora dos horários de pico da manhã e da tarde.

"É para evitar prejudicar a população de um modo geral", afirmou à reportagem o assessor da presidência do sindicato, Romualdo Santos.

Ainda segundo o sindicato, o movimento pode começar até um pouco mais cedo nos terminais de ônibus, com coletivos deixando de sair por volta das 9h30. "A normalização total está prevista lá pelas 16h", disse Santos.

Por volta das 11h, um ato está previsto para ocorrer nas imediações do Terminal Parque Dom Pedro 2.º, no centro, no qual deverá comparecer o presidente do Sindmotoristas, Valdevan Noventa. A reportagem não conseguiu estabelecer contato telefônico com Noventa.

A intenção, conforme Santos, é parar todos os terminais da capital, mas os detalhes devem ser informados por Noventa em uma apresentação nesta terça-feira, 04.

A assessoria de imprensa da São Paulo Transporte (SPTrans) disse que a empresa, que gerencia o sistema municipal de ônibus na cidade, não havia sido informada da paralisação até esta tarde.

O Sindmotoristas congrega 36 mil profissionais que trabalham no sistema de transportes sobre pneus da capital paulista.

Morte

A mobilização tem como objetivo protestar pela morte do motorista John Carlos Soares Brandão, que teve o corpo queimado por bandidos enquanto trabalhava em uma linha da Viação Santa Brígida em outubro, no Jaraguá, na zona norte.

O condutor ficou alguns dias internado no Hospital Estadual de São Mateus, na zona leste, mas não resistiu aos ferimentos. Ele morreu na semana passada.

Há alguns dias, o sindicato já havia promovido uma passeata pelo centro da capital, cobrando justiça e maior proteção dos profissionais que trabalham no setor.

A manifestação saiu da sede da entidade, na Liberdade, e passou pelas secretarias municipal dos Transportes e estadual da Segurança Pública.

Fonte: Caio do Valle/Estadão Conteúdo - 04/11/2014

Comissão promove debate sobre dispensa de farmacêutico em pequenas farmácias

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 653/14, cujo texto flexibiliza a presença obrigatória de um farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas, realiza hoje audiência pública para debater a proposta.

Pela Lei 13.021/14, publicada em 11 de agosto, a presença desse profissional é obrigatória em todos os estabelecimentos. Com a medida provisória, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06) passaram a adotar as regras da Lei 5.991/73.

Essa lei permite, em casos específicos, a presença de "prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro", inscrito em Conselho Regional de Farmácia, como responsável do estabelecimento. A permissão é feita pelo órgão sanitário em razão de interesse público, como a necessidade de haver farmácia em pequenos municípios.

Foram convidados para o debate representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, da Federação Brasileira das Redes Associativas de Farmácias e da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

A audiência será realizada às 14h30, no plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado.

Fonte: Agência Câmara Notícias - 04/11/2014

Dieese, 04/11/14

13º salário: R\$ 158 bi entram na economia

Até dezembro, deverão ser injetados na economia brasileira cerca de R\$ 158 bilhões com o pagamento do 13º salário. Este montante representa cerca de 3,0% do PIB. Perto de 84,7 milhões de brasileiros terão rendimento adicional de R\$ 1.774,00, em média.

<http://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/decimoTerceiroSalario.pdf>

Monitor Mercantil, 04/11/14

Queda da indústria foi concentrada em sete das 24 atividades

Apesar do resultado negativo de 0,2% em setembro para a indústria em geral, divulgado hoje, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda se concentrou em sete das 24 atividades industriais e em uma das quatro categorias. Em 15 atividades, houve crescimento, e outras três não tiveram variação da produção.

Os produtos alimentícios contribuíram com o principal impacto negativo, com queda de 4,1% na comparação com agosto. A produção foi afetada pela estiagem, com um impacto negativo principalmente na produção de açúcar, que teve sua safra antecipada e reduzida pela falta de chuvas.

Os derivados de petróleo e biocombustíveis também apresentaram retração o que resultou no segundo impacto negativo mais relevante. Esse setor - junto com o de alimentos - pesou para que os produtos intermediários recuassem 1,6%, e outras categorias como as de consumo e de capitais, também sofressem impacto. Os produtos de metal, com -2,6%, e outros equipamentos de transporte, com -2,7%, também recuaram.

Para o gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Macedo, a pesquisa apresentou dados próximos a estabilidade.

- É claro que interrompe dois meses de avanço dessa produção que vinha, de alguma forma, tentando recuperar as quedas mais agudas no início do ano. Mas é um resultado mais próximo da estabilidade, porque, conjugado com um número maior de atividades com avanço na produção, nos faz ter um pouco de cautela no que se refere a entender que movimento o setor vai ter daqui para frente.

Com o resultado de setembro, a média móvel trimestral passou a ser positiva, de 0,4%, interrompendo a trajetória de queda iniciada em março. A queda de 0,2% não foi suficiente para anular as altas de 0,7% em julho e 0,6% em agosto. O setor, no entanto, vinha de uma queda de 3,3% entre março e junho, que já não tinha sido superada pelos 1,3% de crescimento nos últimos dois meses.

Historicamente, com um grande peso na indústria brasileira, a produção de veículos automotores tem sido decisiva para a alta dos últimos dois meses e para o resultado de setembro, já que acumulam 24,2% de crescimento no período. A expansão, no entanto, se dá sobre uma base depreciada e sequer recupera o que foi perdido entre março e junho, quando a retração chegou a 28%.

- Ainda é um crescimento que não zera as perdas do passado recente. É um setor que ainda apresenta estoques acima do nível normal, redução das exportações e demanda doméstica caminhando num ritmo mais lento - analisa Macedo. Ele acrescentou que, mesmo assim, "é uma

melhora que se dá sobre algo que havia recuado de forma intensa, até porque o comportamento das empresas do setor é marcado por reduções da jornada de trabalho, redução de turno, dispensas e day-offs (folgas)".

Agência Brasil

Organizado por Ernesto Germano